O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 4,00 (solidário R$ 5,00) | nº 804 – de 6 a 20 de abril de 2017

COMEÇA A PREPARAÇÃO DA GREVE GERAL

NO CALENDÁRIO DA CUT: ASSEMBLEIAS, PLENÁRIAS E COMANDOS

31 de março: em assembleia, sete mil trabalhadores da Mercedes de São Bernardo (SP), decidem paralisar por 24 horas, no esquenta da greve geral de 28 de abril

6º CONGRESSO: O PT DE VOLTA PARA OS TRABALHADORES

Movimento Estudantil
Prisão de estudante visa intimidar a luta contra a privatização do ensino
pág. 2

Diálogo e Ação Petista
Em direção ao 6º Congresso, a batalha pela Reconstrução do PT
pág. 5

100 anos da Revolução Russa
Lenin apresenta as Teses de Abril
pág. 9

Internacional
Contra ofensiva imperialista Moreno ganha eleições no Equador
pág. 11

Preparar o 28 de abril, com os trabalhadores

Entidades estudantis devem chamar assembleias e organizar a greve

No dia 31 de março milhares foram às ruas dizer não à contrarreforma da Previdência do golpista Temer. Diversas paralisações de fábricas de diferentes categorias e também de professores, contribuíram para atrair centenas de jovens e estudantes para as manifestações nos estados.

Percebendo que seus direitos estão sendo atacados, principalmente na educação, e que seu futuro está ameaçado, setores da juventude se unem aos trabalhadores para reforçar a luta conjunta pela retirada da PEC 287 da contrarreforma da Previdência.

Foi o que defendeu a Juventude Revolução nos diversos atos que participou dia 31 como em São Paulo, Santa Catarina (foto) e em algumas cidades satélites de Brasília, onde em panfletos distribuído se afirmava: "Nenhuma emenda na Reforma da Previdência, pois só divide a luta. É preciso juntos exigirmos a retirada dessa PEC! É o que a UBES e a UNE deveriam dizer, juntando-se a CUT, CNTE e sindicatos: retirada da reforma!".

Militantes da Juventude Revolução participam das manifestções de 31 de março em Florianópolis (SC)

Rumo à greve dia 28

O momento exige a mais ampla mobilização estudantil para se somar à preparação da greve geral convocada pela CUT e outras centrais sindicais para 28 de abril.

É hora, portanto de aumentar discussão, mobilização e agitação na base das escolas, faculdades e universidades, chamando os estudantes a pararem, junto com os professores, as aulas nas instituições de ensino.

Essa é a responsabilidade das direções das entidades e, é o que deveria fazer a direção da UNE no "Dia de luta" (7 de abril) que chamou, no último Conselho de Entidades Gerais (Coneg), sem preparar.

Até o dia 28 é preciso aproveitar cada dia para aumentar a agitação e realizar assembleias massivas na base, convocando estudantes através de suas entidades (Grêmios, Centros Acadêmicos, DCEs, APGs, etc.), a preparar a greve geral pela retirada da contrarreforma da Previdência e Trabalhista e contra o projeto de terceirização.

Para a juventude não faltam motivos para engrossar a greve de 28 de abril.

O desemprego que não para de crescer, atinge em cheio os jovens. Na última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), publicada esse ano, 25,9% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam desempregados. E, se depender do governo golpista, o direito à educação pública está com os dias contados. Como a ofensiva para cobrar taxas nas universidades e faculdades públicas (ver abaixo).

O movimento estudantil deve somar-se à greve geral de 28 de abril, para derrotar a política do governo golpista de ataques aos direitos dos trabalhadores e à educação pública.

Washington Alves

Ofensiva do MEC para privatizar o Ensino Superior

"Sinto muito, mas vamos cobrar mensalidade", diz tucana golpista

Por ocasião de uma audiência do Proifes (sindicato de professores do ensino superior, básico e técnico), a Secretária Executiva do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a tucana Maria Helena Guimarães de Castro, defendeu a privatização da Universidade Pública.

Maria Helena já foi secretária executiva do Ministério da Educação durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e agora ocupa o mesmo cargo na equipe do governo ilegítimo.

O diálogo aterrorizante da Secretária com o presidente da Proifes, Eduardo Rolim merece destaque:

"Nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independentemente da situação socioeconômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo." Dispara Maria Helena, que em seguida é rebatida por Rolim: "A nossa posição sempre foi de que a graduação e a pós-graduação não devem ser cobradas até por uma questão de realidade nacional". "Ah, mas vai ser. Sinto muito, mas vamos [cobrar mensalidade]. A USP vai começar e quando a maior universidade pública do país começar, as outras vão cobrar, porque você quebra uma barreira."

A insistência e determinação da secretária mostram as verdadeiras intenções do governo golpista e do Ministério da Educação, encabeçado por Mendonça Filho com relações notórias com o ensino privado que é o de privatizar a educação pública.

Maria Helena, encabeça, com o ministro Mendonça Filho as reformas que desmontam a educação. Ela foi presidente da ONG Todos Pela Educação, que tem entre seus colaboradores a Globo, Jorge Gerdau e João Paulo Lehman. Defende uma educação fincada no tecnicismo para atender interesses das empresas privadas. Sobre a reforma do ensino médio, Maria Helena afirmou: "Para os alunos se sentirem estimulados, estamos apresentando às secretarias a possibilidade de parcerias com o setor privado, para que os estudantes, já a partir do 2° ano do ensino médio, tenham a possibilidade de fazer um tipo de estágio remunerado junto com o estudo profissionalizante, e que as empresas parceiras possam apoiar".

A lógica de parcerias com o setor privado serve de maquiagem para precarização e privatizações sem precedentes no ensino, inclusive no ensino básico:" É preciso buscar alternativas. Por exemplo, se não for possível ampliar o atendimento em creches públicas e estatais, vamos pensar em alternativas de parcerias, como foi feito na cidade de São Paulo, onde a expansão das creches ocorreu por meio de parcerias com as ONGs", defende Maria Helena.

PRESO POR DEFENDER EDUCAÇÃO PÚBLICA!

Henrique Domingues, presidente do Diretório Central dos Estudantes da FATEC (Faculdade de Tecnologia de São Paulo), foi violentamente detido por policiais, no dia 29 de março.

Ele passava em salas de aula para mobilizar os estudantes da unidade Ipiranga, na capital paulista, contra a proposta do governo estadual que permite a cobrança de mensalidade em cursos de pós-graduação da FATEC.

A Polícia Militar, acionada pela direção da unidade, imobilizou e algemou o dirigente estudantil dentro da faculdade.

O Conselho Estadual de Educação já havia se posicionado a favor da medida, mas a proposta saiu de pauta graças a pressão dos estudantes do DCE antes da reunião.

Levado à delegacia Henrique prestou depoimento e foi liberado.

A prisão de Henrique é mais um fato na escalada contra o direito à manifestação e organização, num país sob o golpe. No caso de São Paulo é um passo a mais na repressão e na tentativa de criminalização do movimento estudantil para impor o modelo de privatização proposto há anos pelo governo tucano.

É luta de classe: dia 28 vem aí!

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu adiar o julgamento da ação movida pelo PSDB, contra a chapa Dilma-Temer, pois isso poderia abalar ainda mais o já abalado governo golpista. A grande imprensa registra: "O adiamento da decisão acalmou os investidores, a Bolsa subiu e o dólar caiu. "

Reação que escancara que o governo só sobrevive apoiado em manobras, maracutaias e golpes das podres instituições, Judiciário e Congresso Nacional, a serviço do capital financeiro.

Nessas condições Temer, que é o que tem o imperialismo até o momento, aos trancos e barrancos tenta avançar na política encomendada pelos seus patrões em Washington.

Mas, depois do 15 de março uma muralha começa a se erguer no seu caminho. Daí o nervosismo nas cúpulas golpistas e no mercado.

A entrada em cena da classe trabalhadora, que se confirmou no dia 31 de março, na preparação da greve geral de 28 de abril, abriu a porta para derrotar os saqueadores dos direitos dos trabalhadores e da soberania nacional.

A luta contra o desmonte da Previdência e dos direitos trabalhistas se espraia e se enraíza. Nos debates em bairros, assembleias e plenárias de trabalhadores, paróquias, no campo, em manifestações espontâneas, é o tema da hora.

Com seu próprio método de luta, e suas organizações, a classe trabalhadora pode abrir a via para avançar a luta em defesa dos interesses da maioria oprimida da nação.

Nas próximas três semanas tudo se concentra em preparar o dia 28 de abril, não como um dia de manifestações e paralisação, mas como uma greve geral que pare o pais.

NA CIDADE E NO CAMPO A LUTA SE ESPRAIA E SE ENRAIZA

As condições para isso amadurecem e nelas se apoia o calendário decidido pela CUT- alimentado pela crise das instituições golpistas - que prevê assembleias de base nos sindicatos e a constituição de comandos municipais e regionais da greve geral (ver pag. 7).

Enquanto no Brasil se prepara o dia 28, nos países vizinhos, os trabalhadores também ocupam a cena.

Em 26 de março dois milhões de chilenos saíram às ruas para recuperar a Previdência pública, confiscada há 36 anos pela ditadura militar.

No Equador a maioria deu a vitória a Lenin Moreno, "para evitar que o país seja saqueado pelo imperialismo", nas palavras de um trabalhador.

A Venezuela resiste contra as investidas do imperialismo que se apoia em governos títeres do continente, como o golpista governo brasileiro.

Na Argentina, nesse 6 de abril ocorre uma greve geral, convocada sob o impulso das mobilizações que marcaram o pais no mês de março.

Resistências no continente que expressam, cada uma de forma particular, a resistência dos trabalhadores em todo o mundo contra os planos de destruição do capital.

Esse movimento no qual os trabalhadores e os povos buscam se defender, estará no centro da Conferência Mundial Aberta, em outubro na cidade de Argel, Argélia (ver pag. 10), para ajudar a avançar a luta.

Nesse alvissareiro cenário de retomada da iniciativa da classe trabalhadora, no Brasil o PT deve, rumo ao 6º Congresso, entender o recado, livrar-se da política que buscou conciliar os irreconciliáveis interesses do trabalho com o capital, e se reconstruir como um instrumento de luta da classe trabalhadora.

É o que propõem as chapas "Unidade pela Reconstrução do PT", que disputam o PED e estão empenhadas em fazer no 28 de abril a greve geral por nenhum direito a menos, Fora Temer!

JUSTIÇA, PF E MP CONTRA O BRASIL (I)

Análises laboratoriais feitas pela secretaria da Saúde do Paraná em 4 dentre os 21 frigoríficos denunciados pela Polícia Federal na Operação Carne Fraca mostram que seus produtos estavam regulares, sem a presença de micro-organismos prejudiciais à saúde nem de aditivos em excesso.

As acusações da PF basearam-se em escutas telefônicas e num laudo de um frigorífico. Sem fazer maiores checagens investigativas, delegados da PF apressaram-se em fazer um show midiático – que está levando a uma perda enorme de mercado externo (e de empregos) à indústria frigorífica brasileira.

JUSTIÇA, PF E MP CONTRA O BRASIL (II)

Justamente na semana em que a PF e a mídia esculhambavam a carne brasileira, o Departamento de Agricultura dos EUA fez um jantar em SP para promover ingredientes e pratos americanos, lançando a campanha #USFoodExperience. A representação diplomática dos EUA já anuncia que "a carne dos EUA estará à venda em restaurantes e supermercados brasileiros", graças a um acordo bilateral assinado no ano passado.

JUSTIÇA, PF E MP CONTRA O BRASIL (III)

A Lava Jato definiu que nos próximos três anos, um alto funcionário do Departamento de Justiça do governo dos EUA (o equivalente ao ministério da Justiça), será responsável por "monitorar" os trabalhos da Odebrecht. O presidente Trump colocou em seu governo altos executivos de empreiteiras, petroleiras e lobistas da indústria militar, pois sua meta é defender os interesses de tais corporações norte-americanas. Assusta que promotores e juízes da Lava Jato empenhem-se em aplicar os mesmos objetivos.

COXINHAS CONTRA O BRASIL

Os Atos dos coxinhas, marcados para o dia 26 de março fracassaram em todo o país. Apesar da farta cobertura da mídia (diferente do dia de paralisações da CUT, que foi boicotada) os atos deram poucas centenas de pessoas nas principais cidades do país.

Memória

GREVE GERAL NA ARGENTINA ABALA DITADURA MILITAR

No dia 28 de março a Argentina amanheceu completamente paralisada. Desde a meia-noite do dia anterior (...), 100% das fábricas de Buenos Aires paralisaram suas atividades. Nas ruas, não funcionavam os ônibus e táxis (...), os aeroportos e os postos não funcionaram, e no setor ferroviário só funcionou uma linha, na zona inundada do litoral, onde os trabalhadores atenderam a população flagelada sem cobrar tarifas de transporte. (...). A greve foi convocada pelos dirigentes sindicais, extremamente pressionados por um poderoso movimento dos trabalhadores, movimento reivindicativo por melhores salários e empregos, e contra a ditadura (...). Mais do que nunca, o que se demonstra é o absoluto isolamento da ditadura militar (...).

O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

O ABC DE PÉ CONTRA O ARROCHO

ARGENTINA: A greve geral golpeia o regime militar Pag. 11

Cresce a miséria, o desemprego e arrocho salarial Pag. 3

CONCLAT Estatutos para uma CUT de cúpula ou uma CUT pela base? Pág. 5

O Trabalho nº 192 – 1/4/1983

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Mariana Waechter

Seminário: Lava Jato, instrumento do estado de exceção

"O poder constituinte é do povo e deve sair às ruas"

O Diretório Nacional do PT promoveu o Seminário "O que a Lava Jato tem feito pelo Brasil", no último dia 24. Juristas, economistas e jornalistas em apresentações variadas convergiram sobre o seu caráter persecutório e antinacional.

O jurista Pedro Serrano denunciou que "o sistema de Justiça promove o estado de exceção" quando "figuras como o delegado, o juiz, o promotor, foram instaurados de uma autoridade para instituir uma espécie diferente de 'ordem social', ignorando noções democráticas. Para isso, foram definidos inimigos claros. No caso das periferias, é a figura do bandido, cujo combate justifica o genocídio ilegal. Na política, o dito 'inimigo' são os políticos de esquerda, enquanto na economia, é o próprio empresariado nacional. Outra vítima são os movimentos sociais, instituições essenciais à democracia. Lula tem que ser destruído, porque ele é simbólico da capacidade da sociedade se queixar".

Serrano ressaltou o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), responsável por julgar os recursos ao juiz Moro, que "instaurou o estado de exceção ao decretar que a Lava Jato excepcional e não precisa seguir a lei. Não é uma questão secundária. E torna claro esse fenômeno".

Para Serrano, ocorre um processo "desconstituinte". Muito aplaudido ao final, sua conclusão é que "o povo é o titular do poder constituinte e, mais do que nunca, neste momento de exceção, tem de exigir a eficácia dele nas ruas".

Lula no seminário organizado pelo DN-PT em 23 de março

Ataque ao emprego e a economia nacional

O presidente da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Zé Maria Rangel, apresentou números do impacto da Operação Lava-Jato na Petrobras, onde já reduziu os investimentos em 32%, além da depreciação e venda dos ativos. "A empresa também perde com o fim dos empregos na cadeia de óleo e gás, causado pelo fim da política de conteúdo nacional. Foram ao menos dois milhões de postos de trabalho ceifados, e R$ 10 bilhões em royalties que deixaram de ir para a economia das cidades".

E concluiu: "se a Lava Jato fosse só pra combater a corrupção, nós aplaudiríamos. Mas o que acontece é uma operação deliberada para quebrar a maior empresa do país", disse ele.

Lula: "briga até o fim, sem negociata"

"A Lava Jato não precisa do crime", ironizou Lula no encerramento. "Primeiro acham os criminosos e depois ela (a operação) tenta colocar o crime em cima do criminoso", condenou o ex-presidente. Ele citou o caso do ex-secretário de Finanças do PT, João Vaccari Neto, preso há dois anos. E lembrou a coletiva convocada pelo procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato. "Eles fizeram a coisa mais sem vergonha que aconteceu nesse país. Um juiz que precisa da imprensa para execrar as pessoas junto à opinião pública, para depois facilitar o julgamento".

Ao final, Lula informou o depoimento que prestará à Justiça Federal em 3 de maio, em Curitiba. "Eu vou nessa briga até o fim. Eu não tenho negociata".

Liberdade Zé Dirceu, Palocci e Vaccari

O seminário foi uma iniciativa muito importante, que já poderia ter sido feita há dois ou três anos atrás. Mas antes tarde que nunca, agora nos debates do 6º Congresso do PT, todas essas reflexões são importantes para armar a militância e reverter a opinião pública fabricada, assim como a vacilação dentro do PT.

A libertação de Zé Dirceu, Palocci e Vaccari, presos políticos do PT, é uma luta colocada.

Markus Sokol

Rejeitada brecha para ensino pago

Mas 5 deputados do PT votam a favor

Apesar da pressão do MEC e da Andifes (reitores das universidades federais) para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 395/14, a Câmara dos Deputados rejeitou no dia 29, por insuficiência de votos, a proposta do deputado Alex Canziani (PTB-PR), que permite às universidades públicas cobrar mensalidade pela pós-graduação lato sensu (especializações).

Ao não atingir a maioria necessária, o governo Temer sofreu a primeira derrota na Câmara. Foram 304 votos, quando o necessário seriam 308, outros 139 deputados votaram contra. Depois de aprovar a lei da terceirização por pequena margem, a base parlamentar golpista está se erodindo devido à resistência popular.

Mas fica a preocupação: como explicar 5 votos a favor do PT (Zaratini e Vicente Candido de SP, Assis e Zeca Dirceu do PR e Gabriel Guimarães de MG)? Por que o líder Zaratini liberou o voto da bancada e o Diretório não fechou questão?

Em nota, o líder tentou justificar que cobranças já existem e são "fonte de renda extraordinária para essas instituições, revertida em melhorias na graduação" que a PEC iria "regular e institucionalizar"

Na verdade, como advertiu a Comissão Nacional de Assuntos Educacionais do PT (CAED) em nota ao DN (29/10/16), "trocar a pesquisa e os serviços das universidades por dinheiro privado abre gravíssimos precedentes. O primeiro, o de definir as prioridades em função dos ganhos que possam favorecer deslocando-as, em sua vocação, para o campo das operações comerciais, comprometendo, portanto, a universalidade que lhes é constitucionalmente devida nas relações com a sociedade brasileira".

O que estava em jogo, portanto, é o interesse nacional contra o interesse privado, agenciado pelos golpistas. Até quando conciliarão com isso no PT? .

J.A.L.

Com o PSDB, contra os servidores!

Em Cubatão (SP) vereadores petistas votam projeto que ataca direitos

O prefeito de Cubatão, cidade da Baixada Santista (SP) Ademário de Oliveira (PSDB), enviou à Câmara Municipal um pacote de austeridade que retira direitos dos servidores públicos municipais.

Em todo o país, prefeitos golpistas querem jogar no lombo dos servidores o custo da situação falimentar das prefeituras por conta de uma política ajustada, desde a União até os municípios, para atender os interesses do capital financeiro.

Os servidores de Cubatão entraram em greve e, no dia 28 de março, quando da votação do projeto foram manifestar-se em frente à Câmara Municipal.

O prefeito chamou a tropa de choque e o local foi transformado em uma verdadeira praça de guerra, deixando muitos feridos pelas bombas. Além do forte esquema repressivo, a Câmara Municipal foi fechada à população, com os vereadores entrando sob escolta da PM. Numa sessão de 15 minutos, o projeto do prefeito foi aprovado, com o voto favorável dos dois vereadores petistas na Câmara.

A política que destrói o PT

Ao invés de colocarem-se ao lado dos manifestantes, contra a repressão, e dos servidores, contra a perda de direitos, os dois vereadores do PT, Jair do Bar e Rafael Tucla, participaram da sessão garantida pelas bombas da PM e votaram a favor do projeto do prefeito.

Revoltados, servidores petistas começaram a anunciar que iriam desfilar-se do PT.

É este o resultado da continuidade, no PT, da submissão aos interesses contrários aos trabalhadores: choque com nossa base social, aprofundando a crise do partido. É hora de expulsar esta política do PT!

A macrorregião da Baixada Santista, em nota, repudiou a repressão e se disse solidária aos trabalhadores de Cubatão que lutam para defender seus direitos. Então é preciso ir aos fatos: o projeto será votado em segundo turno. A direção local vai orientar os vereadores a votar contra o projeto? Os petistas que estão na administração do PSDB na cidade serão orientados a sair do governo? Pois é disso que se trata.

Correspondente

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA
de 6 a 20 de abril de 2017
"AGIR COMO O PT AGIA!"

Unidade pela Reconstrução do PT!

No dia 9, as chapas compostas por militantes de diferentes origens pedem seu voto

Militantes petistas de todo o país elegem neste dia 9 de abril os diretórios municipais e as chapas de delegados aos encontros estaduais, num momento em que, mais do que nunca, é necessário defender o partido como instrumento indispensável de organização e luta da classe trabalhadora.

As chapas de Unidade pela Reconstrução do PT, formadas em muitos estados e municípios, expressam essa necessidade. Somos militantes de diferentes identidades e trajetórias. Apresentamos nossas propostas ao conjunto dos militantes.

É necessário fazer um balanço da atuação do PT e dos 13 anos de governos que encabeçamos. O afastamento de uma presidente legitimamente eleita e a derrota nas eleições municipais foram, sem dúvida, resultados de uma ofensiva da classe dominante e do imperialismo contra os trabalhadores. Porém, não é possível esquecer os erros cometidos pelo partido.

Nossos governos erraram ao não encaminhar as reformas necessárias, particularmente a reforma política. Ficamos presos a alianças com partidos que, quando lhes foi conveniente, marcharam em direção ao golpe. O PT ficou subordinado à lógica da "governabilidade".

Num momento em que o usurpador Temer e os golpistas aplicam as medidas mais ferozes contra os trabalhadores e a Nação, é necessário armar o PT:

- Fora Temer, nenhum direito a menos! Nesse combate, nos engajamos com a CUT, centrais e sindicatos na preparação da greve geral.

- Chega de conciliação! O PT nasceu como partido independente dos trabalhadores e não pode conciliar com os inimigos da classe.

- Não participar de governo com golpistas! Nas prefeituras e governos estaduais, esse convivência serve exclusivamente aos golpistas.

- Constituinte pelas reformas populares! Com essas instituições não dá, só uma Constituinte para fazer as reformas populares.

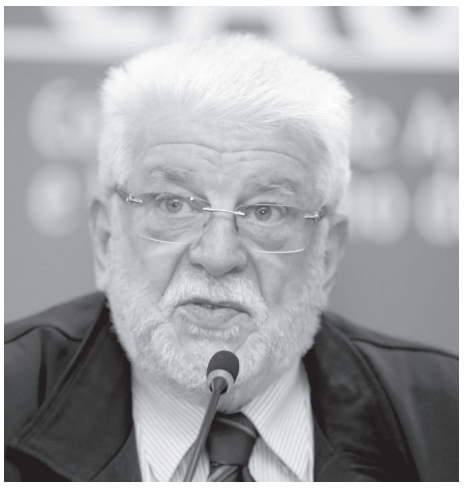
- Fim do PED, volta dos encontros de base deliberativos- a base deve ter meios de influir decisivamente nos rumos do partido.

A palavra de quem luta pela reconstrução

"O PT é o principal instrumento político de defesa dos trabalhadores. É o partido que tem a capacidade de nos unificar para fazer os enfrentamentos ao capital, em direção à emancipação da classe trabalhadora.

Para isso é preciso voltar o olhar e a ação do PT para a sua base social (trabalhadores, os sindicatos, os movimentos). É isso que dá sentido ao Partido."

Edmilson Oliveira,
diretor do Sindicato dos Trabalhadores dos Calçados- SINTRACAL , de Vitória da Conquista (BA)



"Após um período afastado da vida do partido, o momento político, social e econômico nos impõe voltar à luta de maneira organizada, para nos somarmos ao partido que fundamos, aos movimentos sociais e, em especial, aos movimentos sindicais, coordenados pela CUT.

O caos está dominando nosso país, fruto dos crimes que estão sendo cometidos pelos golpistas contra o povo, as instituições e a democracia. E isso acontece nos três níveis de governo e com forte ingerência dos imperialistas dos EUA, da mídia (intriguista e entreguista) que não aceitam o Brasil prosperando, com distribuição de renda, com o Pré-sal, soberania e relações com todo o mundo.

Nesse momento, convidamos todos para, no dia 9 de abril, irem votar, trazendo mais companheiros (as) na Chapa Unidade pela Reconstrução do PT- 410, à qual nosso Coletivo Carneiro Cruz está se somando nesse momento do Congresso do PT."

Clóvis Ilgenfritz da Silva,
fundador do PT (RS)

"É necessário que o PT volte a encantar os trabalhadores, a juventude, os intelectuais. Não negamos os avanços dos governos Lula e Dilma, mas o PT paga um alto preço por não ter mantido sua independência diante do governo. Entramos no estado sem criticar o estado e sem priorizar as reformas.

O PT precisa voltar a debater e a interpretar a realidade. Desde 2013, muita coisa mudou no Brasil e o partido não entendeu. Precisamos mais do que nunca afirmar a utopia, a perspectiva socialista, o que significa escolher melhor nossos aliados, mudar a política de alianças. É isso que propõe a chapa Por um Partido de Todos-410."

Angelo Vanhoni,
ex-deputado federal do PT (PR)

No Paraná a chapa de delegados aos encontro estadual, Partido de Todos, é composta por um setor da Construindo um Novo Brasil com os militantes da Unidade Pela Reconstrução do PT.

Tese nacional

No dia 24 de março, foram inscritas as teses nacionais ao 6º Congresso do PT. A tese "Unidade pela Reconstrução do PT", desenvolve os cinco pontos que deram a base para as chapas municipais e estaduais e afirma em seu preâmbulo:

"O golpe do impeachment criou uma situação difícil para o povo trabalhador no Brasil, é verdade. Porém, no ano do centenário da Revolução Russa de 1917 que nos inspira, lembramos o que aprendemos na luta dos trabalhadores que no Brasil forjaram no PT o seu principal instrumento, encarnado na militância aguerrida: o futuro se constrói sobre os balanços das derrotas e das vitórias. É assim que se avança! ".

A tese apresenta um conjunto de medidas necessárias para atender as demandas da maioria do povo, e afirma:

"Essas medidas pedem um novo governo com legitimidade para aplicá-las, um governo livre da maioria reacionária do Congresso, desembaraçado da ditadura do Judiciário num país emancipado da militarização das polícias.

Pedem um governo de Lula Presidente – nosso candidato assim que se decidir – com uma proposta de Constituinte Soberana (unicameral, proporcional e eleita em lista, com financiamento público), que dê suporte político e popular para fazer o que não se fez, revertendo as medidas dos golpistas e abrindo caminho para as reformas populares. Um governo apoiado numa nova aliança de partidos antigolpistas com esse programa, PCdoB, PSOL, além de setores populares do PDT, PSB e outros. Esta é uma luta que começa agora, já, em 2017, reorganizando as bases do partido no apoio aos sindicatos e movimentos populares no enfrentamento das contrarreformas de Temer e o desmonte nos Estados. Portanto, uma luta que engaja todo o PT no apoio à Greve Geral proposta pela CUT e as centrais sindicais, por Nenhum Direito a Menos".

A tese, assinada pelo DAP e militantes pela reconstrução do PT, de diferentes correntes, pode ser lida na íntegra no site *https://militante.petista.org.br/*.

Esquentando os motores!

Preparação do 28 de abril se amplia em todo pais

As mobilizações do dia 31 de março voltaram a mostrar a disposição de luta do trabalhador. Depois do sucesso do Dia Nacional de Paralisações em 15 de março, a mobilização no dia 31 ganhou importância no calendário político, com a adoção da data pelo movimento sindical como preparação para a greve geral, marcada para 28 de abril (ver pag. ao lado)

De fato, a mobilização mostra o entusiasmo com o chamado para a greve. Na pauta, a luta contra a as contrarreformas da Previdência, trabalhista, e a terceirização (o PL 4302, que Temer teve a cara-de-pau de sancionar ainda na noite do dia 31, com dezenas de milhares nas ruas, para mostrar serviço).

Manifestação em Belo Horizonte, 31 de março

No estado de São Paulo, houve mobilização de metalúrgicos em fábricas de Taubaté e do ABC Paulista. Na Mercedes Benz em São Bernardo do Campo uma assembleia no início do dia decidiu pela paralisação de 24 horas. Em Pindamonhangaba, houve paralisação e ato envolvendo 12 fábricas dos setores metalúrgico, químico e petrolífero. Em Sorocaba, o dia 31 envolveu sindicatos dos químicos, metalúrgicos, vigilantes e do setor de vestuário. Teve manifestação dos petroleiros nas entradas dos terminais de Cubatão, Guararema e Guarulhos.

"Nós vamos derrubar Temer"

Em Belo Horizonte um ato gigante: foram 100 mil na capital mineira. Os manifestantes saíram da Assembleia Legislativa e foram até a Praça da Estação, cantando "Fora, Temer" e "Ou para esta reforma, ou paramos o Brasil". Em cidades do interior de Minas também houve protesto, como em Ipatinga, Pouso Alegre, Bom Jardim e Juiz de Fora, onde chegou a reunir 20mil.

No Rio, 60 mil pessoas partiram da Avenida Rio Branco para a Cinelândia. Em Fortaleza foram mais de 35 mil. Em Natal, mais 20 mil manifestantes. Recife chegou a reunir 50 mil pessoas marchando pelas ruas da cidade.

Na capital paulista, 70 mil foram à Avenida Paulista e seguiram em marcha pelas ruas da cidade. O ato foi engrossado pelos professores estaduais que se reuniram, antes, em assembleia da APEOESP, e aprovaram sua participação na paralisação de 28 de abril. No encerramento do ato, o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas afirmou: " nós vamos derrubar o Temer, e vai ser este ano."

Priscilla Chandretti

Mobilização nos bairros

Na capital paulista, sindicatos e movimentos populares se reúnem

No dia 1º de abril, moradores (professores, estudantes, donas de casa, militantes do PT) do conjunto Pró Morar (zona sul de São Paulo), se reuniram numa quadra da escola do conjunto, para debater a contrarreforma da previdência. O debate, "Se não lutar a aposentadoria vai acabar", foi aberto por João B. Gomes, secretário de mobilização da CUT SP. As mais de 60 pessoas presentes ouviram atentamente o que significa o desmonte que pretende o golpista Temer.

Também presentes, vereadores do PT, Juliana Cardoso, Donato e Reis, trouxeram ao debate os ataques do prefeito Dória aos direitos da população carente da cidade.

Foi relatado a luta que se desenvolve na região desde a época do impeachment da presidente Dilma e a organização dos moradores que participaram de atividades e atos, inclusive do dia 31 de março Avenida Paulista.

A atividade serviu para mobilizar o bairro para a greve geral de 28 de abril. Um cartaz, distribuído no debate, minutos depois já estava pregado na porta da casa de um morador (foto).

Cartaz distribuído na atividade com moradores são colados nas casas

Também no bairro de São Miguel Paulista (Zona Leste de São Paulo), no dia 28 de março, foi criado comitê sindical com vários sindicatos. Entre eles, de químicos, de professores, padeiros, correios, ao qual se somaram movimentos populares e partidos. A primeira atividade foi uma panfletagem na Praça da Forró de em apoio à greve dos professores estaduais e municipais (que estava em curso).

Atividades como essas ocorrem em várias regiões da cidade e são, sem dúvida, um grande ponto de apoio para a greve em 28 de abril.

Correspondente

"Tragam os fiéis de sua paróquia"

Bispo de Volta Redonda organiza encontro que reuniu mais de 300 pessoas

Em 23 de março a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma nota contra a PEC 287. Já antes disso, parlamentares golpistas do Nordeste alertavam Temer que padres estavam combatendo nas missas a contrarreforma da Previdência.

Segundo blog do jornal OESP (23/3), o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) contou a Temer que na missa de São José os padres criticaram em suas homílias a contrarreforma.

Em Volta Redonda (RJ), o Bispo da Diocese de Barra do Piraí, Francisco Biasin, promoveu, em 30 de março, um encontro preparado com uma carta enviada aos padres da região.

Na carta o Bispo pediu que enviassem "fiéis da sua paróquia ao encontro que tem por finalidade conscientizar as pessoas sobre um projeto de lei que, se aprovado for, terá consequências desastrosas na vida da população mais carente de nosso país nos próximos anos. " E reforçou que a presença deles "é muito importante, para poder sustentar a participação popular em repúdio a proposta do governo".

O encontro teve a presença de 300 pessoas, entre elas dos sindicatos dos bancários e da construção civil e a deputada estadual Inês Pandeló (PT-RJ), que chamou a preparação da greve em 28 de abril.

Na mesa o deputado federal Luiz Sérgio (PT-RJ) e Carlos Gabas, ex-ministro da Previdência nos governos Lula e Dilma. Gabas apontou o superávit primário como o principal causador do chamado déficit da previdência, se posicionando contra o pagamento da dívida. Luiz Sérgio, de que é possível barrar a contrarreforma no congresso.

Desespero dos golpistas

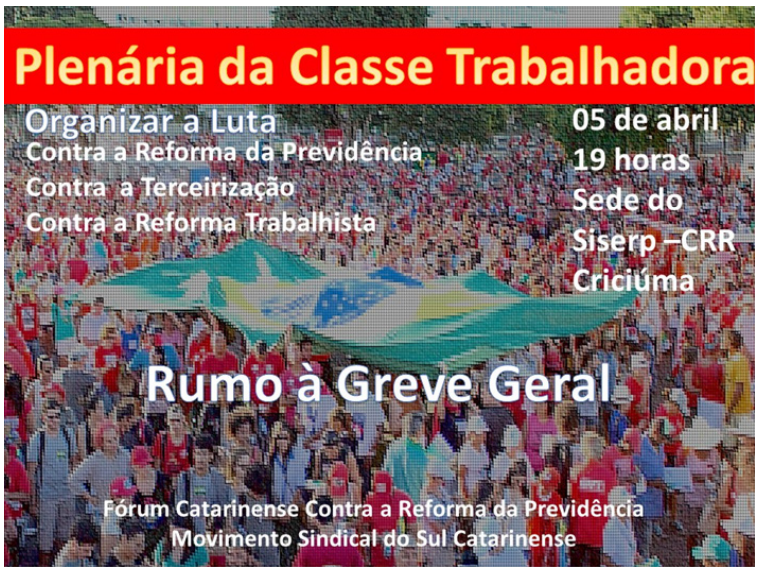
Além do bispo Francisco Biasin, o encontro foi também convocado por um pastor evangelista. O que deixou os golpistas nervosos. Um panfleto, distribuído em local perto do encontro "denunciava" a "união de um pastor evangelista com a CUT", que segundo o panfleto é denunciada "todos os dias no jornal nacional".

Reação de desespero frente à luta que cresce contra o golpe e sua política, ainda mais depois do fracasso dos atos dos coxinhas em 26 de março.

Correspondente

“Vamos parar o Brasil em 28 de abril”

Palavra de ordem que, por iniciativa da CUT, foi assumida pelas demais centrais



Ainda sob o impacto da grande mobilização ocorrida em todo o país em 15 de março, reuniram-se representantes de todas as centrais sindicais em 27 de abril, na sede da UGT em São Paulo, para discutir a continuidade da luta contra o desmonte da Previdência e da legislação trabalhista promovido pelo governo Temer.

A delegação da CUT propôs uma greve geral de 24 horas em 28 de abril, a mesma posição expressa pela CTB, Intersindical, Conlutas, Nova Central e CGTB. Já Juruna, da Força Sindical, disse que só poderia endossar a data como “dia de lutas e paralisações”, sendo seguido por Neto da CSB, enquanto Patah da UGT, mesmo dizendo ser difícil parar os comerciários, disse aceitar a greve geral.

Ao final, foi acordada uma formulação comum: “Em 28 de abril vamos parar o Brasil: contra a reforma da Previdência, a reforma trabalhista e a terceirização na atividade-fim”, a qual preserva a autonomia das centrais que, como a CUT, convocam greve geral nessa data.

Esse resultado só foi possível devido à pressão das bases sobre os dirigentes, inclusive sobre aqueles da Força Sindical (pois não são todos) que apoiam o governo golpista.

Direção da CUT referenda greve geral

Em 29 de março, reunida em Brasília, a direção nacional da CUT referendou o 28 de abril como greve geral e adotou um plano para garantir a mais ampla paralisação do trabalho em todos os setores (ver box abaixo).

A resolução adotada propõe ampliar a preparação da greve geral junto às frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, integrando o “Fora Temer” à exigência da retirada da PEC 287 (Previdência) e do PL 6787 (“reforma” trabalhista), bem como a revogação da Lei 4302 (terceirização), sancionada por Temer em 31 de março.

As grandes manifestações de 31 de março (ver pag. 6) indicam que o 28 de abril tem tudo para ser uma grande greve geral, tal como indica a resolução da direção da CUT:

“Vamos parar o país no dia 28 de abril, mandando mais uma vez nosso recado para a quadrilha que tomou o poder através do golpe e para sua base de parlamentares corruptos no Congresso: Nenhum Direito a Menos A greve geral será um passo decisivo na luta que continuaremos a travar, sem trégua, para derrotar o governo golpista.

Transformaremos abril num mês de lutas. Sairemos às ruas, como fizemos nos dias 8 e 15 de março, para denunciar e repudiar a reforma da Previdência, que pretende acabar com a previdência pública no Brasil (...) para denunciar e repudiar a reforma Trabalhista, que rasga a CLT e gera o trabalho precário (...) para repudiar o PL 4302, recentemente aprovado na Câmara dos Deputados numa manobra espúria do presidente da casa, Rodrigo Maia, que fragiliza a organização sindical e permite a terceirização na atividade fim...”

A hora é agora! Toda a força na preparação da greve geral de 28 de abril.

Julio Turra

ORIENTAÇÕES E CALENDÁRIO DA CUT

Abaixo trechos da resolução da DN CUT sobre o “abril de lutas”:

“O movimento sindical deverá realizar plenárias dos ramos, plenárias estaduais e regionais com o objetivo de organizar o comando de greve e de traçar o plano de lutas a ser desenvolvido pelas Estaduais da CUT, pelos Ramos e pelos sindicatos rumo à greve geral.

Esse processo deve chegar aos locais de trabalho, através de assembleias nas fábricas, escolas, agências bancárias, estabelecimentos comerciais, postos de saúde, hospitais, comunidades de agricultores familiares, grandes propriedades que concentram grande número de assalariados rurais...

A CUT fará um trabalho articulado com as demais centrais sindicais comprometidas com a realização da greve geral. Ao comando de greve – nacional, estadual e regional – caberá o trabalho de agitação e propaganda, a mobilização, organizar a paralisação nos setores estratégicos, (...) fazendo parar o maior número possível de trabalhadores/as nos locais de trabalho no dia 28 de abril.

Comitês municipais para combater a reforma da Previdência e a reforma Trabalhista (devem) continuar a pressão nas bases eleitorais dos parlamentares que apoiam o governo Temer, denunciando-os como inimigos dos/as trabalhadores/as (...) e desenvolver ações nos bairros populares: panfletagem, conversas e debates nas associações de bairro, nas feiras, nas comunidades eclesiais de base, nas praças...

1º de maio – Ato nas capitais e nas cidades do interior

Realização de atos massivos em comemoração ao Dia Internacional do Trabalhador (...) este ano estaremos comemorando, no dia 1º de Maio, os cem anos da greve geral que paralisou a cidade de São Paulo em 1917 e também o centenário da Revolução Russa. (...) a CUT definiu como mote das nossas manifestações: ‘100 anos depois: a luta continua Nenhum direito a Menos”.

CNTE avalia greve na sua base, rumo à greve geral

A greve continua em Fortaleza e Brasília por reivindicações salariais

A Coordenação da greve nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-CUT) reuniu-se no DF, em 25 de março, para fazer um balanço do movimento iniciado em 15 de março e discutir a continuidade da luta dos trabalhadores da Educação.

Foi unânime a apreciação do acerto da convocação de greve nacional em 15 de março, pois ela foi o estopim para o Dia nacional de paralisação convocado pela CUT e outras centrais na mesma data. Ao mesmo tempo, a reunião constatou que a continuidade da greve foi desigual: houve assembleias que a deflagraram por tempo indeterminado, outras por alguns dias e ainda aquelas que marcaram datas posteriores.

Ficou claro que a continuidade da luta passou a depender do movimento de toda a classe trabalhadora rumo à greve geral. Nesse sentido foi adotada moção dirigida à CUT propondo a sua convocação na 2ª quinzena de abril.

A greve em Brasília, organizada pelo Sinpro-DF, continua no seu 21º dia, diante da falta de resposta do governador Rollemberg (PSB) às reivindicações.

Em Fortaleza, a greve organizada pelo Sindiute pela aplicação da Lei do Piso pelo prefeito Roberto Cláudio (PDT) continua, com assembleia em 6 de abril.

Correspondente

Professores do DF mantém a greve iniciada em 15 de março

“Tá tudo dominado!”

A própria crise escancara a podridão das instituições do Estado

No fechamento da edição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acabava de adiar o julgamento da chapa Dilma-Temer, na verdade, de Temer (Dilma já derrubada). Uma expectativa que já havia, para protelar e proteger Temer.

Temer ainda é o principal consenso da classe dominante, apesar dos recordes de impopularidade: 90% na pesquisa Ipsos e 79% na do Ibope. Mas a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que encomendou esta pesquisa, a avalia como “custo político de colocar a economia nos trilhos” e de “promover as reformas necessárias para impulsionar o crescimento”. Quer dizer, banca Temer!

Dias antes, a PF prendeu 5 dos 7 conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio. E de repente a imprensa descobriu que um quarto de todos os conselheiros de TCU, TCEs e TCMs “são alvos de processo” (Valor 31/3). Isso é só a ponta do iceberg da corrupção do Judiciário - sem a qual seriam inviáveis os bilionários “esquemas” empresariais e políticos -que começam a vir a público.

A Operação Lava Jato com o apoio do procurador Janot e a cumplicidade do STF, no afã de pegar Lula e o PT, em-

4 de abril - TSE suspende julgamento

bora poupando Temer, já incriminou 9 ministros e 10 governadores. E ainda falta divulgar o resto da ‘lista de Janot’.

A coisa saiu um pouco do controle quando o relator do processo no TSE, Herman Benjamin, resolveu convocar os delatores da Lava Jato, resultando na incriminação de Temer, além de Aécio, o próprio autor do processo....

A sensação inevitável é do cidadão vendo na banca de jornal a foto da posse do advogado do PCC, Alexandre Moraes, como ministro do STF: “tá tudo dominado”!

Desespero

Após as manifestações de 15 e 31 de março, contra as reformas e do fracasso dos “coxinhas” dia 26, mais de um analista, além de nervosos editoriais, todos dão conta do desespero que toma conta das cúpulas em Brasília.

O senador Renan Calheiros (PMDB), o rei do oportunismo, espera se salvar ensaiando uma “re-aliança” com o PT e Lula em ascensão (v. box). Atrás vem uma fila.

Nelson Jobim, ex-presidente do STF, e Gilmar Mendes, atual presidente do TSE, multiplicam gestos contraditórios e comentários disparatados, como anular as delações vazadas (após dez anos jogando o jogo), parir uma reforma política casuística para proteger seus clientes - até a lista fechada com financiamento público agora é aceita! - ou advertir que Lula preso “elege qualquer um”.

João Alfredo Luna

LULA PRESIDENTE, CONSTITUINTE SOBERANA

Com 38% de aprovação, Lula bateria todos os outros candidatos em segundo turno (Ipsos): Aécio por 40% a 28% (Alckmin é parecido), Marina por 39% a 27%. Em Pernambuco disparou: 65% contra 6 % de Marina e Bolsonaro, os demais nem isso (Uninassau).

O PT, apesar de satanizado, ainda tem o dobro de identificação popular de todos os outros partidos juntos, com 15%, depois do auge de 30% em 2010 (Vox Populi).

A debacle de Temer corresponde a ascensão de Lula. Mas nada está garantido.

Primeiro, porque os que bancam Temer articulam alternativas - de Carmen Lucia, do STF, à Luciano Huck, da Globo-, para a hipótese da sua queda ou para 2018.

Segundo, porque resta ao juiz Moro e ao STF a possibilidade de tirar Lula da disputa com uma condenação em 2a instância.

Terceiro, porque mesmo eleito, Lula teria as mesmas instituições do golpismo, alguns dos mesmos se dispondo a “alianças”, e assim por diante. Mas a história não se repete.

Se coloca volta de Lula Presidente com o primeiro ponto de plataforma na convocação da Constituinte - unicameral, proporcional, com voto em lista e financiamento público - para anular as medidas dos golpistas, fazer a reforma política do Estado para abrir caminho às reformas populares: da mídia, do Judiciário, a reforma agrária e a financeira.

Crise das prefeituras penaliza servidores

Pipocam greves contra planos de austeridade e falta de pagamento

Pacotes de ataques aos direitos, atrasos nos pagamentos, comprometimento dos serviços públicos, esse é o quadro dos municípios brasileiros.

Os prefeitos alegam falta de recursos e que estão operando com orçamentos deficitários e, invariavelmente, jogam sobre a população em geral, e os seus servidores em particular, o ônus.

Uma crise financeira perfeitamente previsível e que tem sua origem na brutal recessão em que o país foi mergulhado pela política do Ajuste Fiscal, infelizmente, iniciado por Dilma e aprofundado por Temer.

O usurpador, não só aprofundou o ajuste como fez aprovar a PEC que congela gastos – e, portanto, os repasses aos municípios - por 20 anos. Mais que isso: foi autorizado pelo Congresso Nacional a aumentar a Desvinculação do Orçamento da União (DRU) de 20 para 30% o que significa menos recursos constitucionais para estados e municípios.

As greves de servidores que pipocam são apenas a face mais visível dessa crise que tende a arrastar centenas de municípios à falência financeira. Além dos ataques aos servidores, o povo é penalizado com falta de medicamentos nos Postos de saúde e a a precarização da educação infantil nas escolas, e outros serviços de responsabilidade dos municípios. O cenário indica, portanto, um período de choque com servidores e os movimentos populares que, com toda justiça, se colocaram em movimento pela garantira dos serviços.

Independentemente do desfecho de cada uma das mobilizações em curso, é preciso enfrentar o problema que é nacional: os cortes e ajustes contra o povo para pagar juros aos banqueiros.

É, portanto, necessário prosseguir a luta pelo fim do governo Temer e a revogação de todas as suas medidas contra o povo e os serviços públicos.

Laércio Barbosa

Golpista sanciona a lei da terceirização

Lula havia pedido arquivamento do projeto aprovado pelo Congresso

A toque de caixa, o Congresso Nacional aprovou em 23 de março o Projeto de Lei (PL 4302), apresentado durante o governo de FHC, que autoriza o trabalho terceirizado em todas as áreas (começo, meio e fim) nas empresas privadas e serviços públicos. Em 2003 Lula solicitou o arquivamento do PL, mas ele ficou na gaveta e agora os deputados golpistas retomaram e aprovaram.

Os trabalhadores terceirizados ganham, em média, 23% a menos que os diretos, com uma jornada de trabalho maior, além da alta rotatividade e de um percentual mais elevado de acidentes de trabalho. Com a aprovação do PL 4302 o número de terceirizados pode chegar a mais de 52 milhões de trabalhadores. Hoje são 13 milhões. O PL vai aprofundar a retirada de direitos, como aviso-prévio e multa de 40% nos casos de demissão sem justa-causa, e enfraquecer a Previdência. O 4302 permite ainda a “quarteirização”.

Numa verdadeira provocação contra o movimento sindical, o golpista Temer sancionou em 31 de março essa paulada no lombo dos trabalhadores, quando nas fábricas e nas ruas, manifestações em todo país, exigiam “nenhum direito a menos”.

Mas o troco vai ser dado. Vem aí a greve geral de 28 de abril, para derrotar as contrarreformas da Previdência e Trabalhista e revogar tudo que esse governo ilegítimo e seus picaretas no Congresso aprovarem contra o trabalhador, como o PL 4302.

João B. Gomes

100 anos da Revolução Russa - 3

A importância decisiva das “Teses de Abril” de Lênin

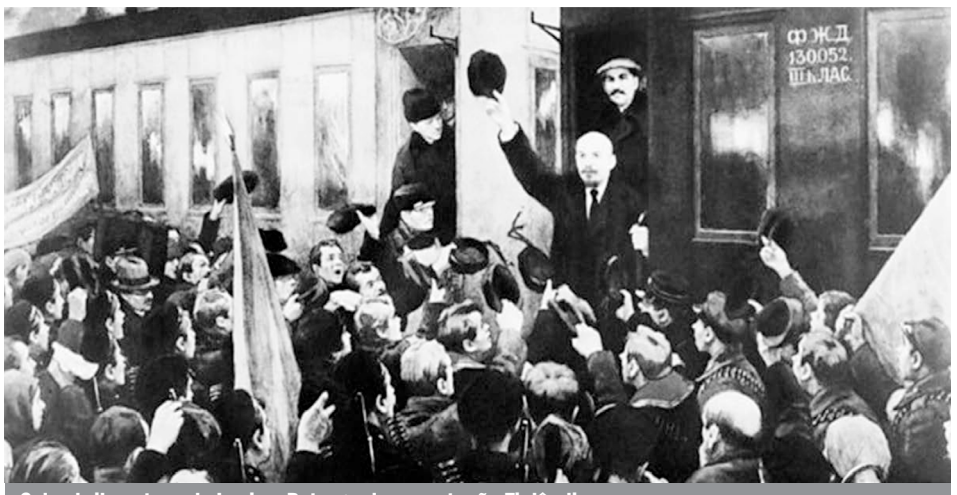
A volta do líder dos bolcheviques do exílio muda o rumo da política do partido

O primeiro mês da revolução iniciada em 23 de fevereiro - 8 de março, no calendário atual (as datas abaixo são do calendário vigente na época) – foi, para os bolcheviques, um período de hesitações. Trotsky assim o descreve:

“Sobre o conteúdo social da revolução e das perspectivas do seu desenvolvimento, a posição dos dirigentes bolcheviques não deixava de ser confusa. Chliapnikov (1) conta que: ‘Nós estávamos de acordo com os mencheviques sobre a questão da fase da demolição revolucionária das relações feudais e de servidão, que seriam substituídas pelas liberdades próprias aos regimes burgueses. ’ (...) O temor de passar as fronteiras da revolução democrática ditava uma política de contemporização, de adaptação e recuo efetivo diante dos conciliadores. ” (2)

No soviete de Petrogrado, em 2 de março, só 19 delegados, dos 400 presentes, votaram contra a transmissão do poder à burguesia. Os bolcheviques buscavam o consenso com mencheviques e socialistas-revolucionários, então majoritários.

Em meados de março, regressando da deportação, Kamenev e Stálin (3) assumem a redação da Pravda (4), aprofundando a linha de apoio ao governo provisório “na medida em que este combate a reação e a contrarrevolução”. Sobre a questão da guerra, a Pravda chega a afirmar, em 15 de março, que: “Nós não adotamos a palavra de ordem inconsistente de ‘Abaixo a guerra! ’ Nossa palavra de ordem é a de exercer uma pressão sobre o governo provisório para o obrigar a ... dispor todos os países beligerantes a abrir imediatamente conversações... Mas, até lá, cada um fica no seu posto de combate! ”



3 de abril o retono de Lenin a Petrogrado, na estação Finlândia

Lênin luta para mudar a política do partido

Em 3 de abril, Lênin chega a Petrogrado - vindo de trem de seu exílio na Suíça, através de território alemão – e inicia a luta para mudar a orientação política dos bolcheviques.

Milhares de manifestantes o esperavam na estação Finlândia, onde recebeu as boas-vindas do menchevique Tchkhedze, em nome do soviete de Petrogrado. Em resposta, Lênin se dirige aos bolcheviques criticando toda a tática anterior do partido.

No dia seguinte, Lênin apresentou à direção bolchevique as suas Teses de Abril (ver box), acolhidas com oposição pela sua maioria, a tal ponto que foram publicadas apenas com o seu nome. Em 8 de abril, a Pravda publica uma crítica aberta às posições de Lênin, que então pede uma conferência do partido para discuti-las, que, uma vez realizada, as adota, no final do mês de abril.

O que foi essencial para o desenvolvimento do processo revolucionário até a vitória de Outubro.

Julio Turra

AS TESES DE ABRIL

Publicadas na Pravda de 7 de abril de 1917, com o nome de “Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução” (trechos):

1. Na nossa atitude diante da guerra, que por parte da Rússia continua a ser indiscutivelmente uma guerra imperialista, de rapina, também sob o novo governo de Lvov e Cia, em virtude do caráter capitalista deste governo, é intolerável a menor concessão ao «defensismo revolucionário». O proletariado consciente só pode dar o seu acordo a uma guerra revolucionária (...) nas seguintes condições:

a) passagem do poder para as mãos do proletariado e dos setores pobres do campesinato que a ele aderem;

b) renúncia de fato, e não em palavras, a todas as anexações;

c) ruptura completa de fato com todos os interesses do capital.

2. A peculiaridade do momento atual na Rússia consiste na transição da primeira etapa da revolução, que deu o poder à burguesia por faltar ao proletariado o grau necessário de consciência e organização, para a sua segunda etapa, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e das camadas pobres do campesinato.

3. Nenhum apoio ao Governo Provisório, explicar a completa falsidade de todas as suas promessas, sobretudo a da renúncia às anexações. Desmascaramento, em vez da «exigência» inadmissível e semeadora de ilusões de que este governo, governo de capitalistas, deixe de ser imperialista.

4. Reconhecer o fato de que, na maior parte dos Sovietes de deputados operários, o nosso partido está em minoria (...) diante do bloco de todos os elementos oportunistas pequeno-burgueses, sujeitos à influência da burguesia e que levam a sua influência para o seio do proletariado... Explicar às massas que os Sovietes são a única forma possível de governo revolucionário e que, por isso, enquanto este governo se deixar influenciar pela burguesia, a nossa tarefa só pode ser a de explicar os erros da sua táctica de modo paciente, sistemático, tenaz, e adaptado especialmente às necessidades práticas das massas.

5. Não uma república parlamentar — regressar dos Sovietes a ela seria um passo atrás - mas sim uma república dos Sovietes de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses em todo o país...

6. No programa agrário, transferir o centro de gravidade para os Sovietes de deputados assalariados agrícolas. Confiscação de todas as terras dos latifundiários. Nacionalização de todas as terras do país, dispondo da terra os Sovietes locais de deputados assalariados agrícolas e camponeses...

7. Fusão imediata de todos os bancos do país num banco nacional único e introdução do controle por parte dos Sovietes.

8. Não «introdução» do socialismo como nossa tarefa imediata, mas apenas passar imediatamente ao controle da produção social e da distribuição dos produtos por parte dos Sovietes.

9. Tarefas do partido:

a) congresso imediato do partido;

b) modificação do programa do partido, principalmente: sobre o imperialismo e a guerra imperialista; sobre a posição diante do Estado e a nossa reivindicação de um « Estado-Comuna »; emenda do programa mínimo, já antiquado;

c) mudança de denominação do partido.

10. Renovação da Internacional. Iniciativa de constituir uma Internacional revolucionária, uma Internacional contra os sociais-chauvinistas e contra o «centro».

Notas

• Alexandre Chliapnikov (1885-1937): metalúrgico tornou-se bolchevique em 1903. No início de 1917 liderou o Comitê Central em Petrogrado. Foi expulso por Stálin do partido em 1933, exilado, preso e executado em 1937, reabilitado em 1963.

• In “História da Revolução Russa”, L. Trotsky, Tomo 1, “Os bolcheviques e Lenin”

• Lev Kamenev (1883-1936): membro do POSDR desde 1901, opôs-se à insurreição armada de Outubro de 1917, mas após sua vitória é presidente do Comité Executivo Central de Toda a Rússia; em 1927 é expulso do Partido e em 1936 é executado sob as ordens de Stálin. Joseph Stalin (1879-1953): após a vitória da Revolução em 1917, integra o Soviete dos Comissários do Povo como responsável pelas Nacionalidades, em abril de 1922 é eleito Secretário Geral do Partido Comunista.

• Pravda (Verdade), em 1917 era o órgão do comité central do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), fração bolchevique.

França: em defesa das conquistas de 1936 e 1945

Conferência propõe comitê nacional para ajudar a organizar o combate

Uma conferência nacional com 600 delegados de toda a França, reunida em 25 de março em Paris, lançou um apelo à constituição de um "Comitê Nacional em Defesa dos Direitos Conquistados em 1936 e 1945". Esses anos referem-se a períodos de mobilizações revolucionárias dos trabalhadores franceses, que impuseram inúmeras conquistas, principalmente em Seguridade Social e direitos trabalhistas.

As conquistas estão há anos sob ataques da União Europeia e dos governos franceses, tanto de direita quanto de "esquerda", como o do atual presidente, Hollande, do Partido Socialista (PS). Um exemplo é contrarreforma trabalhista, chamada de lei El Khomri, contra a qual ampla mobilização ocorreu no país em 2016. O governo só conseguiu aprovar a lei graças a um instrumento antidemocrático que permite a aprovação de projetos mesmo sem maioria parlamentar.

A conferência de março é o prosseguimento de várias iniciativas, tomadas a partir de sindicalistas das centrais sindicais CGT e CGT-FO e militantes políticos, para erguer um eixo de resistência dos trabalhadores contra esses ataques. Foi organizada por "comitês de ligação e de intercâmbio", formados a partir de outra

Conferência de 25 de março em Paris

reunião, realizada em junho do ano passado, com 2 mil militantes, em pleno período de combate pela retirada do projeto de lei El Khomri.

Desestabilização política

Às vésperas das eleições presidenciais, o principal candidato da burguesia (o ex-primeiro-ministro François Fillon) e o candidato do PS (Benoît Hamon) podem nem chegar ao segundo turno. É a consequência direta da desestabilização causada pela resistência dos trabalhadores à política que aplicaram ao longo dos anos.

O apelo aprovado na conferência registra: "O fosso que separa o 'mundo da política' da imensa maioria da população – operários, funcionários, servidores públicos, agricultores, aposentados, desempregados – raramente foi tão profundo. Os dois partidos que se alternam, durante cerca de 60 anos, para assegurar o 'bom funcionamento' das instituições da 5ª República, a serviço exclusivo do capital financeiro, explodiram".

Os delegados à conferência representavam milhares de militantes, políticos e sindicais, de origens e posições diversas, reunidos em várias regiões da França. O jornal "Informações Operárias", além de ser órgão do Partido Operário Independente (POI), publica há meses textos de vários desses companheiros, como contribuição ao debate.

Na fala inicial da conferência, o sindicalista da CGT-FO, Patrick Hébert, lembrou: "Cada um nesta sala tem suas próprias convicções. Alguns irão votar, outros não. Pouco importa, não estamos aqui para fazer campanha eleitoral de ninguém". Para Hébert, "é preciso se preparar para uma situação na qual o futuro governo tentará ir até o fim nos ataques contra a classe operária", que está "disposta a combater", como demonstrou a luta contra a lei El Khomri.

O apelo da conferência afirma que, no combate em defesa das conquistas, "falta uma perspectiva política", para concluir: "Atualmente, nenhum partido pode pretender seriamente representá-la. Entretanto, os militantes, mesmo quando não estão mais vinculados a seu partido de origem, estão sempre disponíveis. (...) Querem defender todas as conquistas sociais que 'vivem na consciência dos trabalhadores' e a democracia. Podem existir, claro, pontos de vista diferentes entre todos esses militantes sobre várias questões, mas nesse objetivo existe evidentemente a possibilidade de se reunir".

Cláudio Soares

Conferência Mundial Aberta

"Contra a guerra e a exploração", em Argel (Argélia), em outubro de 2017

A coordenação do Acordo Internacional dos trabalhadores e dos povos (AcIT) se reuniu nos dias 31 de março e 1º de abril de 2017 em Paris. Todos os seus membros estiveram presentes e as discussões foram ricas e proveitosas. As discussões versaram mais, desta vez, sobre a guerra econômica e social dirigida contra os trabalhadores e os povos em cada país, do que sobre a guerra militar que ameaça estender-se por todo o mundo. Cada um dos camaradas falou sobre a situação política e social de seu país e pudemos constatar muitas semelhanças quanto aos ataques contra a classe operária, e também quanto ao caos que reina no seio dos grandes partidos do espectro político.

Seja na Alemanha (SPD), na Espanha (PSOE), na França (PS), na Argélia (FLN) ou ainda na África do Sul (ANC), os partidos tradicionais de defesa dos trabalhadores estão em plena decadência e à beira do colapso por ter, durante os últimos vinte anos, se comprometido com o sistema capitalista, aceitando ou promovendo todas as medidas de destruição das conquistas operárias.

A mesma constatação marcou os debates com relação ao mundo sindical, cada vez mais fragmentado, tentado de um lado pelo reformismo e de outro pela vontade de se ancorar, mais ou menos habilmente, na luta de classes.

Vontade de resistência

É exatamente disso que se trata atualmente em toda a parte no mundo. Uma vontade de resistência está crescendo no seio da classe operária para se proteger e se emancipar face a esses poderes que, conforme o país, se tornam cada vez mais agressivos, mais racistas e desprezíveis.

Nós chegamos a um consenso de que o apelo à Conferência Mundial Aberta (CMA) continua a ser de extrema atualidade e se julgou não ser necessária uma nova declaração.

Novas assinaturas à convocatória da CMA foram adicionadas à lista, mas certas regiões contam ainda com poucas ou nenhuma assinatura, como os continentes norte-americano e asiático.

Foram adotadas moções em defesa dos trabalhadores e dos povos da Guiana, de Guadalupe, do Brasil, do Haiti, da Índia e do Chile.

Pois é papel do AcIT denunciar os abusos e as ameaças que pesam sobre os trabalhadores e especialmente os sindicalistas.

A coordenação confirmou o objetivo de prosseguir no recolhimento de assinaturas até a data da CMA, a qual afigura-se hoje, aos olhos dos trabalhadores e dos povos que assinaram o apelo à conferência e que dela vão participar, como uma esperança de poder enfim encontrar os meios de inverter o curso funesto da barbárie que o capitalismo mundial estende.

Geoffrey Excoffon
co-coordenador do AcIT

MOÇÃO BRASIL

Julio Turra, da Coordenação do AcIT, membro da Executiva Nacional da CUT, informou sobre a situação no Brasil. Uma moção adotada diz: "Nos dirigimos ao conjunto dos signatários da convocação da 9º Conferência Mundial Aberta do AcIT, à manifestar sua solidariedade com as reivindicações centrais de nossos companheiros brasileiros:

- Em defesa da Seguridade Social e da aposentadoria : abaixo a PEC 287!

- Em defesa da CLT, contra a flexibilização-destruição dos direitos trabalhistas !

- Abaixo o PL 4302 que generaliza a terceirização em todos os níveis!

Propomos a todos os militantes, todos os democratas, todos os trabalhadores e todas as organizações operárias de enviarem mensagens de apoio à greve geral convocada para 28 de abril."

Equador contém ofensiva imperialista

Com 51,16% dos votos, Lenin Moreno é eleito presidente contra 48,84% de Lasso

No 2º turno ficaram ainda mais evidentes as alternativas políticas antagônicas.

De um lado Lenin Moreno, candidato da Alianza País, do atual presidente Rafael Correa, levado ao poder pela onda anti-imperialista na América Latina a partir do final da década de 1990.

De outro lado representando a direita pro-imperialista, privatista e entreguista, o banqueiro Guillermo Lasso responsável pela dolarização da economia, em 1999, que retirou a soberania do país sobre sua própria moeda.

A votação só não foi resolvida no primeiro turno, em 19 de fevereiro, vencido por Lenin Moreno por 39,3% contra 28,1% de Lasso, porque ele precisava ter atingido 40%, conforme a legislação.

A agenda eleitoral do candidato da direita se baseou na etiqueta de "mudança" tentando capitalizar o desgaste do governo Correa. Também levantou a promessa de "um milhão de empregos" respondendo a pesquisas de opinião que colocavam o desemprego como primeira preocupação dos equatorianos.

Sua campanha também utilizou a tática de propagar mentiras e falsas notícias, respaldadas pelos grandes meios de comunicação. Tentaram desenhar a imagem de um país carcomido pela corrupção e que isso tinha que ser a maior preocupação na hora do voto.

2 de abril: equatorianos comemoram a vitória de Lenin Moreno

Embora tenha arrastado alguns setores, insatisfeitos com medidas de Correa, sobretudo em relação aos aposentados, a campanha de Lasso não teve sucesso particularmente porque ele é associado à quebra do sistema bancário equatoriano em 1999, que resultou na dolarização da economia, e foi a antessala para a saída do país de mais de dois milhões de migrantes equatorianos em busca de emprego em outros países.

Os trabalhadores sabiam de que lado ficar

Depois dos exemplos da Argentina e do Brasil, cujos governos estão desmantelando o que foi construído na última década, os trabalhadores equatorianos sabiam o que os esperava se a direita fosse vitoriosa. "Foi um voto para evitar que o pais seja saqueado pelo imperialismo", disse um trabalhador.

Moreno evitou ser arrastado ao lamaçal para o qual Lasso tentava atraí-lo. Do ponto de vista eleitoral, ele precisava ganhar os, aproximadamente, 18% que haviam se abstido no 1º turno. Isso inclui o voto ressentido de trabalhadores e movimentos sociais e indígenas, que exigem soluções concretas aos problemas cotidianos relacionados com a economia doméstica, emprego, saúde e educação.

Dialogando com esse sentimento, a Organização Socialista Revolucionária dos Trabalhadores (OSRT) divulgou declaração às vésperas do 2º turno afirmando uma plataforma de reivindicações que, entre outros pontos, incluía a nacionalização do setor mineiro, reforma agrária, restabelecimento da independência sindical e, sobretudo, pagamento imediato da dívida do estado com a previdência para recompor os benefícios dos trabalhadores aposentados.

Na noite de 2 de abril, logo que a vitória de Moreno ficou clara, Lasso imediatamente enveredou pelo mesmo caminho da desestabilização, como na Venezuela e no Brasil: sem apresentar uma única prova, disse que houve fraude. Seu único "argumento" é que não era possível ele ter "ganho" nas pesquisas de boca de urna, mas perdido na contagem dos votos. Detalhe: esses mesmos institutos de pesquisa, ligados aos grandes meios de comunicação pro-imperialistas, foram severamente desmentidos também no 1º turno.

O esperneio da direita não impediu que a OEA e governos de todos os quadrantes – com a previsível exceção dos EUA – apresentassem seus cumprimentos ao novo presidente eleito.

Correspondente

O que se passa na Venezuela?

O que existe de real quando se fala em golpe ou autogolpe do regime chavista

Em 29 de março, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) emitiu as sentenças 155 e 156 suspendendo as competências da Assembleia Nacional (AN, controlada pela oposição).

O presidente da AN, Julio Borges, declarou que havia um golpe de estado e chamou ao não reconhecimento do TSJ. Luis Almagro, secretário geral da OEA, qualificou a decisão do TSJ de "autogolpe de Estado" e convocou em urgência o seu Conselho Permanente. O governo do Peru, do direitista Kuczynski, retirou seu embaixador de Caracas, e nas redes sociais e na mídia internacional se espalhava a acusação de golpe de estado.

Setores que se apresentam como "críticos" ou de "esquerda" também atacaram o "avanço totalitário do governo Maduro". Foi o caso do Partido Socialismo e Liberdade (PSL, ligado ao P-Sol brasileiro), que afirmou que as ações do TSJ evidenciavam que o governo era "semi-ditatorial", apoiado pelas Forças Armadas e órgãos de segurança.

O que se passa realmente?

Em agosto de 2016, o TSJ declarou a AN em "situação de desacato" à ordem constitucional, pois tinha dado posse a três deputados oposicionistas do estado Amazonas que havia sido proibida pelo Supremo por fraude eleitoral. Os deputados depois perderam seus mandatos.

Em janeiro de 2017, a AN declarou que Maduro havia "abandonado seu cargo". Em resposta, o TSJ declarou nulos todos os atos da Assembleia desde o início deste ano.

O conflito institucional aprofundou-se quando a AN votou por maioria a aplicação da Carta Democrática da OEA contra a Venezuela, o que abriria as portas para uma intervenção direta no país.

Assim, o parlamento aplica um boicote institucional que se junta ao boicote económico, visando bloquear acordos buscados pelo governo Maduro de conformar "empresas mistas" no setor petroleiro para atrair investimentos estrangeiros.

Em 28 de março, o TSJ retirou a imunidade dos deputados da AN e no dia seguinte adotou as sentenças 155 e 156 já mencionadas.

Em 31 de março, a procuradora geral da Venezuela, Luisa Ortega Díaz, disse na TV que a decisão do TSJ "rompe o estado de direito". No dia seguinte, o presidente Maduro informa ao país que "a controvérsia entre a Promotoria e o Tribunal Supremo de Justiça foi superada", dando-se marcha a ré na decisão do TSJ.

Fatos que demonstram que há separação de poderes no país, foi o que permitiu à promotora fazer sua declaração, e que há liberdade de expressão, pois a mesma foi dada na TV.

Politicamente, a fala de Maduro à nação visou desativar uma nova ofensiva do imperialismo e seus lacaios.

Pressões externas

O governo venezuelano ainda celebrava sua vitória na OEA, onde Almagro colocou em votação uma moção patrocinada pelos Estados Unidos para condenar o país (que só obteve 20 dos 24 votos necessários), quando as decisões do TSJ deram alento aos que não querem o diálogo e a realização das eleições, para optar novamente por ações violentas e ilegais.

Desde o exterior se quer impor à Venezuela um calendário eleitoral antecipado para tirar Maduro da presidência. Aceitar isso é debilitar a soberania nacional, facilitando o objetivo do imperialismo dos EUA de recuperar o controle absoluto do país e de seu petróleo, livrando-se de um governo que, ainda que de forma contraditória, resiste à sua pressão.

Alberto Salcedo, de Maracaibo

Chile: trabalhadores fazem marcha histórica

Uma ampla unidade para recuperar a previdência pública e solidária

26 de março de 2017 fica marcado na história da luta dos trabalhadores chilenos como a maior manifestação de rua em defesa de suas reivindicações.

Organizada pela Coordenação Nacional dos Trabalhadores (CNT), composta por sindicatos, confederações, entidades estudantis e coordenações locais e regionais, que integram movimentos populares, a campanha "NO+AFP" (Não mais AFP), se enraíza profundamente na maioria oprimida do pais.

AFP é a sigla das Administradoras de Fundos de Pensão, criadas na ditadura de Pinochet, com a privatização da Previdência.

Depois de 36 anos da privatização, da queda da ditadura militar, e sucessivos governos do Partido Socialista chileno, como o atual governo de Michelle Bachelet (numa aliança que vai da Democracia Cristã ao Partido Comunista, a Nova Maioria), a AFP segue especulando com os recursos da aposentadoria.

Hoje, a esmagadora maioria dos trabalhadores chilenos se aposenta com uma pensão no valor médio do equivalente a R$700,00 (56% do valor do salário mínimo do Chile, que equivale a R$1200,00).

Enquanto isso, especulando com os recursos da aposentadoria, a AFP movimenta cerca de 70% do valor do PIB (Produto Interno Bruto) chileno.

"Como hay agua y aire, hay plata para corruptos y non para jubilar" (como há agua e ar, há dinheiro para corruptos e não para se aposentar), era uma das palavras de ordem gritadas na marcha.

"Chi, chi, chi, le, le, le, NO+AFP!"

A partir das 10 horas da manhã, na Praça Itália, grande praça da capital, Santiago, chegavam as delegações. Faixas de sindicatos, de confederações, de bairros, de movimentos populares, da juventude, cartazes improvisados em papelão, iam colorindo a concentração.

Levantando reivindicações específicas, como a faixa da delegação dos trabalhadores da empresa espanhola Metrogás, em greve há uma semana por aumento salarial, todas as faixas e cartazes repetiam em uníssono, "NO+AFP".

Famílias inteiras, chegavam de metrô, com pais e avós empurrando carrinhos de bebês, filhos e netos.

As 11 horas a marcha começou, e a Alameda, principal avenida de Santiago, de 3 quilômetros, foi tomada, em toda extensão e largura, pelos 750 mil manifestantes, aos quais se somavam cerca de um milhão e trezentos mil que saiam às ruas em diversas cidades, de norte a sul do pais.

O grito "Chi, chi, chi, le,le, le, NO+AFP" era cantado em toda extensão da Alameda.

Principal avenida de Santiago é ocupada por manifestantes em todos os 3 quilometros de extensão, em 26 de março

"O maior embuste da nossa história"

Dois milhões de chilenos em todo o pais, o dobro da última marcha do ano passado, marcharam para recuperar a Previdência pública e solidária, como propõe a CNT, no projeto "Novo Sistema de Pensão para o Chile".

Na apresentação do projeto, Luís Mesina, porta-voz da campanha explica: "As AFP criadas na ditadura e aperfeiçoadas nesses anos de 'democracia' são a expressão mais concreta da extrema desigualdade que sofremos; direitos tão vitais como a saúde e a aposentadoria foram expropriados por José Piñera em 1981 e, depois de 36 anos, nos levantamos para dizer NO+ AFP. Acabando com as AFP – o maior embuste da nossa história – atingimos a matriz econômica atual que provocou a mais alta concentração de riquezas em poucas mãos e lançou muitas gerações de chilenos na mais absoluta pobreza. "

O projeto apresentado pela Coordenadora da campanha é, por certo, bombardeado pelos empresários, banqueiros e governo, que inclusive discutem aumentar a idade mínima da aposentadoria. Mas vai ganhando o apoio da esmagadora maioria do povo oprimido, como mostrou a marcha de 26 de março.

No discurso do ato que encerrou a atividade, Luís Mesina, disse que o governo é surdo ao clamor do povo, pois a presidente Bachelet até hoje não respondeu à demanda de uma delegação da campanha, que ela recebeu em agosto do ano passado.

"A Nova Maioria traiu o sonho do povo. Sob a consigna do direito à propriedade privada, mantém o sistema da Previdência da ditadura, que retirou direito dos trabalhadores". Um sentimento que se via, em toda marcha, no profundo rechaço aos partidos tradicionais. Mesina concluiu o ato afirmando: "não vamos parar enquanto não acabar com a AFP".

Presente na marcha e vendo a força desse movimento, foi inevitável sentir o alento que nos dá para a luta que levamos no Brasil contra o desmonte da Previdência pretendido pelo governo golpista.

Misa Boito

Campanha Internacional

Luís Mesina, Secretário geral da Confederação Bancária do Chile, e porta-voz do movimento NO+AFP, é um dos sindicalistas chilenos que assinam a convocação da Conferência Mundial Aberta (Argel, outubro de 2017). Ele se dirigiu à coordenação do Acordo Internacional dos Trabalhadores e do Povos (AcIT), reunida em Paris em 31 de março e 1º de abril (ver pg. 10), pedindo solidariedade à luta dos trabalhadores chilenos.

O AcIT respondeu:

"A Confederação explica, muito bem, 'as AFP, companhias de administração dos fundos de pensão, foram instauradas no Chile pelo decreto-lei da ditadura Pinochet em 1981, e consiste em um sistema de poupança forçada, de capitalização individual, administrada por empresas privadas (a maioria estrangeiras)'.

Fiéis aos seus princípios, a coordenação do AcIT aceitou lançar uma grande campanha internacional pelo restabelecimento da Seguridade social no Chile, tomando a palavra de ordem da mobilização do povo chileno 'Abaixo as AFP!'

A coordenação do AcIT se coloca ao lado das justas reivindicações dos trabalhadores e do povo chileno.

Pela defesa das conquistas sociais dos trabalhadores!

Abaixo as AFP!"

"NEM PRIVADA, NEM ESTATAL"

A campanha "NO+AFP" impôs sua pauta. Órgãos de imprensa não podem mais ignorá-la. Diante da força do movimento, Bachelet apresentou uma proposta de aumentar em 5%, em 10 anos, a cotização dos patrões. A ministra do Trabalho, Alejandra Krauss (Democracia Cristã), declarou que esse valor seria administrado pelo Estado, "nenhum um tostão mais para a AFP". No que se chocou com o ministro da Fazenda, Rodrigo Valdés (Partido Pela Democracia). Formado nos EUA e ex-funcionário do FMI, Valdés defendeu que seja administrado pela AFP. No ato de 26 de março Mesina denunciou relações do ministro com os dois maiores fundos de pensão estadunidenses, Provida e Cuprum, chamou a queda do ministro e a todos os chilenos a se retirarem desses dois fundos.

A proposta do governo administrar parte do fundo de pensão é reflexo da força da campanha. Mas seus organizadores não abrem mão da defesa da Previdência pública e solidária, e exigem o fim da AFP. "Nem privada, nem estatal", era a palavra de ordem das camisetas confeccionadas pela campanha.

Assine *O TRABALHO*

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R$45,00 ■ 24 edições: R$90,00 ■ 24 edições Solidário: R$150,00

A partir do nº _____ **Nome:** _____

Endereço: _____

Cidade: _____ **Estado:** _____

CEP: _____ **Tel.:** _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br